

Invertebrados

Gaudêncio Torquato (*)

Jair Bolsonaro, com sua caneta cheia de tinta, sai do PSL e anuncia a criação de um novo partido, Aliança pelo Brasil, que ficará sob seu mando

Se arrumar 500 mil assinaturas e conseguir que o TSE aprove a nova sigla até maio de 2020, teremos a eleição para prefeitos e vereadores em outubro com sua participação ao lado de outras 30. O que é comum a essas entidades? A luta pelo poder. Sem nenhum verniz ideológico. Lula da Silva, o maior líder da oposição, que disse sair da prisão “mais à esquerda”, estará também na luta, desfaldando a bandeira do socialismo como prega o ex-todo-poderoso José Dirceu.

Será o grande teste antes do jogo de outubro de 2022. Lula, na condição de condenado em 2ª instância, não poderá ser candidato. Porém, por nossas plagas tudo é possível. Basta que o processo que o condenou, o do triplex, seja anulado para ele adquirir e elegibilidade. Bolsonaro, pelo lado direito, continuará a puxar o cabo de guerra e a mobilizar a militância. Situação e oposição, desde já, se preparam para o embate.

Que doutrinas balizarão os próximos tempos? O socialismo de Dirceu? O que isso significa? Um Estado paquidêmico, com 600 empresas e autarquias, a sustação do processo de privatização? E o liberalismo de Bolsonaro? Será entendido que as forças do mercado darão o tom da política, sem intervenção do Estado na correção de desvios e situações anômalas? E a social-democracia, a terceira via encostada pelo tucanato, disporá de novos crentes? Quem se habilita a resgatar seus eixos?

Vamos a uma pequena leitura da política, aqui e alhures. O que se observa no cenário é um fenômeno que se pode chamar de embaciamento do jogo político, ou, como denomina Roger-Gérard Schwarzenberg, uma “uniformização no cinzento”. O posicionamento dos partidos em zona cinzenta aponta para a gangorra que os caracteriza. Quer dizer, estão eles identificados com o pragmatismo, a política de resultados.

Cada vez mais assemelhados, partidos e líderes se afastam do campo doutrinário, interessados apenas na luta do “poder pelo poder”. Alternativas para construção de avanços que, em tempos idos, eram fincadas em bases sólidas de um ideário são, agora, substituídas por um discurso de oportunidade,

balizado em questões pontuais, como carga de impostos, reformas (previdência, trabalho), projetos polêmicos, comportamentos e desvios de agentes públicos.

Não se quer dizer que tal escolha é condenável. Impõe-se, porém, acentuar o papel dos partidos no debate sobre um projeto de longo alcance para o País. O que pensam os partidos a respeito de uma estratégia para o desenvolvimento? Em sua trajetória, o PT, maior partido de oposição, caminhou em direção ao centro, ocupando flancos da social-democracia. Os grandes partidos da situação refugiam-se em um “centrão democrático”.

Em suma, os entes partidários se encontram, hoje, reunidos nas salas e antessalas do poder, onde se serve geleia insossa e inodora. Mesmo nos EUA, onde os partidos Republicano e Democrata dominam a política desde 1852, abrigando a grande maioria do eleitorado, cresce a tendência para a pasteurização do discurso. Lá ainda se consegue enxergar que os republicanos são mais fiéis aos princípios do nacionalismo e da ênfase no individualismo, no moralismo e na religião, sustentando a base do conservadorismo.

E os democratas se posicionam mais na banda esquerda do Centrão, havendo até protagonistas com certo ar radical, como o senador Bernie Sanders, este que faz questão de avocar índole socialista. Na Europa, os partidos social-democratas ganharam força em um primeiro ciclo e hoje tentam reconstruir suas identidades, sob a ascensão da direita. Na nossa América Latina, a instabilidade se generaliza.

O Chile do liberal Piñera vê multidões nas ruas. No Uruguai, a esquerda pode ceder o poder para a direita. A Argentina volta a desfaldar a bandeira kirchnerista com a vitória do Alberto Fernández e de Cristina. Peru vive momento tormentoso. No Equador, a ciclotimia entre esquerda e direita também se instala. Na Bolívia, Evo renuncia sob pressão das Forças Armadas e suspeição de fraude eleitoral.

Aqui, uma grande interrogação está no ar: onde vamos parar? O vale-tudo é o jogo imposto pelo domínio da máquina e não pelas ideias. Uma leva de partidos, infidelidade, alianças movidas por interesses momentâneos e o experimentalismo político de parcela dos representantes. No deserto, só se vê areia. E animais invertebrados. Sem nenhum vale.

(*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação. Twitter@gaudortorquato. Acesse o blog www.observatoriopolitico.org.

Prisão após segunda instância está na pauta da CCJ do Senado

A votação das propostas é uma resposta dos senadores à decisão do STF que, por 6 votos a 5, decidiu que a pena de prisão só pode ser executada após o trânsito em julgado da sentença

A CCJ do Senado pode votar amanhã (20), propostas que possibilitam a prisão após condenação em segunda instância. Estão na pauta do colegiado a proposta do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) e o projeto que compõe o chamado pacote anticrime do ministro da Justiça, Sergio Moro, apresentado no Senado pela senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) e outros 12 senadores.

A votação das propostas é uma resposta dos senadores à decisão do STF que, por 6 votos a 5, decidiu que a pena de prisão só pode ser executada após o trânsito em julgado da sentença. Ao anunciar que pautaria proposta sobre o tema, a presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), afirmou que as mudanças de interpretação no STF trazem instabilidade jurídica e política ao país e que é responsabilidade do Congresso se posicionar sobre o tema.

Primeiro item da pauta, a PEC 5/2019 propõe a alteração do artigo 93 da Carta Magna para definir que a decisão



A presidente da CCJ, Simone Tebet, pautou a proposta de Oriovisto Guimarães que permite a prisão após a decisão de colegiado.

condenatória proferida por órgãos colegiados deve ser executada imediatamente após o julgamento dos recursos ordinários no mesmo tribunal. Na prática, isso permite a prisão após condenação em segunda instância. O texto não altera o artigo 5º da Constituição, que é uma cláusula pétrea, e contém o dispositivo referente à presunção de inocência.

A relatora, senadora Juíza Selma (PSL-MT), recomenda a aprovação do texto e afirma que a presunção da inocência se relativiza ou mesmo se inverte após o julgamento condenatório em segunda instância: “Não ser tratado como culpado até que haja certeza da materialidade e da autoria do crime, o que se perfaz justamente na segunda instância. Não há que

se falar, assim, em qualquer violação a cláusula pétrea”, argumenta a senadora.

O relator, senador Marcos do Val (Cidadania-ES), é favorável à proposta. “Após a confirmação da condenação pelo tribunal de segunda instância, em que fica exaurido o exame de fatos e de provas, o princípio da presunção de inocência resta mitigado”, defende o senador (Ag.Senado).

Comissão vota projeto que flexibiliza pagamento de faturas

A Comissão de Fiscalização e Controle do Senado tem reunião deliberativa agendada para hoje (19), com 13 itens na pauta. Um deles é o projeto da senadora Kátia Abreu (PDT-TO), que torna abusiva a obrigação do pagamento de fatura de compras exclusivamente no estabelecimento do fornecedor. O relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL), deu parecer favorável ao texto.

Outra proposição em análise na comissão é o projeto que obriga os fabricantes e as importadoras a advertirem sobre os riscos relacionados ao uso contínuo de telefones portáteis, tipo smartphones. O autor da matéria, senador Otto Alencar (PSD-BA), considera importante alertar os usuários sobre os riscos da utilização excessiva de tais aparelhos e sobre as formas de se evitar possíveis danos à saúde. O relator, senador Angelo Coronel (PSD-BA), apresentou relatório favorável ao projeto, com emenda de redação (Ag.Senado).

Projetos restringem a propagação de cervejas

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado tem reunião deliberativa amanhã. Os senadores devem analisar uma pauta com 27 projetos. Os três primeiros itens da pauta, que tramitam em conjunto, buscam restringir o consumo excessivo de álcool, cigarros e medicamentos. O relator das matérias, senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), defende a aprovação do projeto.

O relator destaca que, “apesar do mérito indiscutível”, nenhuma das proposições “aborda um tema central”: a definição do que é uma bebida alcoólica. A bebida com teor etílico superior a 13 graus Gay-Lussac (GL) é um critério que exclui da regulação a publicidade de cervejas, bebidas do tipo ice e alguns vinhos, por exemplo. Styvenson reduz esse limite para 0,5 grau GL, passando a abarcar também essas bebidas.

A propagação comercial de bebidas alcoólicas só deve ser



Atualmente, restrições a bebidas alcoólicas não abrangem as cervejas.

veiculada na parte interna dos locais de venda, por meio de pôsteres, painéis ou cartazes. A publicidade não pode incentivar o consumo abusivo, nem associar o produto anunciado à prática desportiva, à condução de veículos, à sexualidade e ao sucesso.

Outra matéria na pauta é o projeto do senador Romário (Podemos-RJ), que obriga os

planos e seguros privados de saúde a cobrir as despesas dos clientes com internação domiciliar pós-hospitalar. A CAS também pode votar o projeto do senador Paulo Paim (PT-RS), que regulamenta as profissões de transcritor e de revisor de textos em braille, o sistema especial de leitura para pessoas cegas (Ag.Senado).

Sancionada lei de política de apoio às mulheres marisqueiras

Foi publicada no Diário Oficial da União a Lei 13.902, de 2019, que dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras. A lei teve origem no Projeto de Lei da Câmara, aprovado pelo Senado, na forma de um substitutivo, em junho. A proposta foi apresentada pela deputada Tia Eron (Republicanos-BA) e foi relatada pela senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA).

Segundo a norma, são consideradas marisqueiras as mulheres que realizam artesanalmente essa atividade em manguezais de maneira contínua, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, para sustento próprio ou comercialização de parte da produção. Faz parte das diretrizes da política a criação de cooperativas ou associações de marisqueiras com vistas a estimular, por intermédio da participação coletiva, o desenvolvimento da atividade.

O presidente Jair Bolsonaro



Marisqueiras são consideradas as mulheres que realizam artesanalmente essa atividade em manguezais de forma autônoma.

vetou o artigo que estabelecia preferência às marisqueiras na ordem de pagamentos de indenização em caso de desastres ambientais provocados ou não por ação humana em áreas de manguezais que impossibilitasse o exercício da atividade. A justificativa foi de que a proposta ofende o princípio de isonomia, uma vez que beneficiaria as marisqueiras em

detrimento de outros trabalhadores que também tenham sido prejudicados pela mesma catástrofe.

Outro ponto levantado por Bolsonaro é de que “o dispositivo proposto está em desconhecimento do art. 37” quando prevê o pagamento em casos de intercorrências não provocadas por ação humana (Ag.Senado).

Serviço telefônico para denúncias contra drogas

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados aprovou o projeto que cria um serviço telefônico com número exclusivo para o recebimento de denúncias sobre o tráfico de drogas. O serviço garantirá sigilo ao denunciante e poderá

ser acessado gratuitamente.

Apresentado pelo deputado Capitão Wagner (Pros-CE), o projeto altera a lei que instituiu o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad). A proposta recebeu parecer favorável da relatora, deputada Policial Katia Sastre (PL-SP), com emenda.

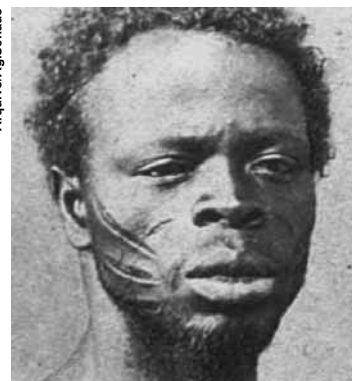
O texto vem complementar o previsto na Lei 13.608/18, que trata do serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais”, disse. A emenda adapta a medida aos termos dessa lei (Ag.Câmara).

Dia da Consciência Negra terá sessão especial no Senado

O Plenário do Senado promove sessão especial na sexta-feira (22) para comemorar o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra (20 de novembro) e homenagear a Fundação Cultural Palmares. A data faz alusão à morte do ícone negro Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, que está inscrito no Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria desde 1996.

Zumbi foi o grande líder do Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas, que chegou a ter mais de duas mil habitações e cerca de 20 mil habitantes. O 20 de novembro é feriado em centenas de municípios brasileiros e em alguns estados. Projeto do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) propõe que a data seja oficializada feriado nacional e está pronto para ser votado na Comissão de Educação, com parecer favorável do relator, senador Paulo Paim (PT-RS).

A Fundação Cultural Palmares foi fundada pelo governo federal em 22 de agosto de 1988 para ser “a primeira instituição pública voltada para promoção



Zumbi, morto em 20 de novembro de 1695, foi o símbolo maior da luta contra a escravidão.

e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”, como afirma seu site oficial.

A instituição é vinculada ao Ministério da Cidadania e tem entre suas competências a emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral, documento que reconhece os direitos dessas comunidades e dá acesso aos programas sociais do governo federal (Ag.Senado).

Pena para transporte clandestino de passageiros

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara discute hoje (19) o projeto que classifica como infração média o transporte remunerado e não autorizado de pessoas e bens. A audiência foi sugerida pelo deputado Paulo Guedes (PT-MG), autor do projeto. Ele lembra que a Lei que alterou o Código de Trânsito Brasileiro neste ano, passou a classificar essa infração como gravíssima.

“Em um País com sérios desafios relacionados à mobilidade urbana e no qual o transporte rodoviário manifesta absoluto domínio da matriz de transportes, os profissionais do transporte alternativo exercem relevante papel na complexa equação que viabiliza nossos deslocamentos diários”, argumenta Guedes.

Segundo o parlamentar, o transporte alternativo fomenta a concorrência no setor e atende pessoas e regiões onde o sistema convencional não chega. Aumentar a punição, na sua opinião, deixa de lado a discussão sobre a regularização da atividade para incrementar mecanismos de punição. O projeto tramita pensando ao que aumenta a pena por transporte clandestino de passageiros e aguardam votação no Plenário (Ag.Câmara).